



EJA DIURNO CAXIENSE: INSTRUMENTO DA CORREÇÃO DE FLUXO OU MODALIDADE?

Marriete de Sousa Cantalejo ¹

RESUMO

A problemática a ser abordada e debatida nessa pesquisa versa acerca do desdobramento educacional que vem ocorrendo na última década no município de Duque de Caxias, a formação das turmas de EJA diurno. Tendo como objetivo central desvelar sobre qual panorama vem se construindo essas turmas no diurno, refletindo se as mesmas estão concebidas enquanto modalidade ou instrumento de uma política de correção de fluxo municipal. A metodologia empregada é a qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumentos: a observação das unidades escolares, a revisão de textos e estudos já publicados, entrevistas de alguns atores escolares e o uso de dados referentes à matrícula e ao município em geral. Entendendo que a ausência de políticas promotoras de auxílio à aprendizagem estudantil no ensino fundamental, principalmente aos mais necessitados, gera a usura da modalidade EJA enquanto uma ferramenta da política de correção de fluxo. Concluindo que as escolas que atendem a EJA diurno possuem índices educacionais inferiores a média municipal, sendo destinada a jovens principalmente entre 15 e 17 anos e proposta enquanto única alternativa escolar possível.

Palavras-chave: EJA diurno, correção de fluxo, política pública, ensino regular, modalidade.

INTRODUÇÃO

Mediante as constantes movimentações educacionais dos dias atuais, faz-se necessária a análise das relações educacionais com o intuito de não se perder de vista os detalhes constituidores dos espaços educacionais. Com o decorrer dos anos, a Educação de Jovens e Adultos vem sofrendo mutações, passando pelo seu reconhecimento enquanto modalidade e a entrada de grande contingente de jovens. Na última década no município de Duque de Caxias tem-se o surgimento do fenômeno da EJA diurno.

Com o acesso da educação a camada popular houve a expansão do ensino, entretanto tal ideário não veio agregado de uma perspectiva qualitativa. Assim sendo, a margem que antes estava excluída fora do sistema, passou a ser submetida à estratificação interna de saberes escolares (PEREGRINO, 2010). Diante disso, a EJA passou a atender não mais apenas os sujeitos que não haviam tido acesso ao ensino na

¹ Mestra em Educação pela UNIRIO, RJ marry.cantalejo@hotmail.com;



idade apropriada, mas também recebeu a entrada de indivíduos pertencentes aos seus bancos escolares (HADDAD, 2000).

Tal investigação tem por objetivo geral entender, refletir e identificar sob quais perspectivas foram construídas as turmas de EJA diurno e se elas atendem aos anseios da EJA enquanto modalidade ou são instrumentos das políticas de correção de fluxo. Desenvolvendo a problemática em torno da caracterização das dez escolas que possuem o oferecimento da modalidade no ano de 2018. Utilizando-se da concepção qualitativa e quantitativa, comparando dados, diversos aportes teóricos e a observação da realidade intuindo realizar uma descrição crítica, consciente e fidedigna do que de fato vem a ser tal fenômeno.

Entendendo como se delineiam algumas legislações instituídas após o período republicano, com enfoque na Emenda Constitucional nº 59 de 2009 e a Resolução nº 03/2010 situando o jovem entre 15 e 17 anos e seu atendimento educacional no ensino regular e na EJA. Percebendo-se que a regulamentação da Emenda, traz a universalização do ensino ao jovem entre 15 e 17 anos que está sem distorção escolar e a previsão para o atendimento dos demais é feita na EJA, regulamentada pela Resolução. Dessa forma, para muitos sistemas educativos houve a normatização da exclusão obrigatória desse público do ensino regular.

Sendo tal situação geradora da EJA diurna, buscou-se dados que pudessem categorizar as escolas que possuem o referido atendimento, tendo como base o CENSO e o QEDU. Diante disso, percebeu-se que 60% das escolas que possuem EJA diurno não oferecem a modalidade no noturno, estando à maioria situadas no terceiro distrito Caxiense. Grande parte das escolas destinam-se ao atendimento dos anos finais, demonstrando níveis deficitários de aprendizagem em Português e Matemática nos anos iniciais. Em relação ao IDEB a maioria encontra-se abaixo da média municipal. Algumas escolas não realizaram a declaração do estudante ao CENSO como pertencente a EJA, gerando uma invisibilização da modalidade.

Logo, a perspectiva de políticas públicas assertivas aos indivíduos que estão ocupando este espaço se faz necessário, promovendo a reafirmação da EJA. Desarticulando a necessidade da utilização da modalidade enquanto instrumento do ensino regular, permitindo contextualização histórica e promotora de aprendizagens significativas a qual a modalidade se propõe.



METODOLOGIA

A concepção metodológica utilizada neste estudo foi à qualitativa e a quantitativa, empregando enquanto instrumentalização: a revisão de pesquisas e estudos já publicados, a observação do campo, a entrevista de sujeitos pertencentes à realidade observada, a colheita e o tratamento de dados do CENSO, IBGE E QEDU, sendo os mesmos virtuais e físicos (VERGARA, 2010). Enquanto técnicas metodológicas (ANDRADE, 2004) foram feitos o uso de: entrevistas- baseadas em questionários semiestruturados envolvendo como subtemas: oportunidades no ensino regular vivenciadas pelos jovens, trajetórias escolares, os reflexos da EJA diurno na vida dos diversos atores escolares e observações- objetivando averiguar nuances não expostas pelos sujeitos nas entrevistas. É válido destacar que com o intuito de preservar as identidades das Unidades Escolares, cada uma está referenciada nesta pesquisa a partir de uma letra do alfabeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Até a Constituição de 1988 a EJA já vinha se constituindo enquanto modelo educacional, porém o ideário da educação ao longo da vida foi trazido através da retomada republicana. Anterior a C.F. destaca-se a educação popular implementada por Paulo Freire e algumas iniciativas por governos locais e parcerias com movimentos sociais, entretanto a maior parte da educação oferecida até a Carta Magna se restringiu a ações assistencialistas e alfabetizadoras (DI PIERRO, 2005). Reduzindo o público-alvo da modalidade como meros instrumentos do mercado de trabalho, sem qualquer perspectiva educacional formadora.

Com a retomada da república diversos movimentos educacionais propunham uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos, que mais tarde acreditava-se que seria refletida com a nova Lei de Diretrizes e Bases, entretanto a EJA foi reconhecida como modalidade com um destaque tímido e compacto. Haddad e Di Pierro elucidam:



A nova LDB 9.394, aprovada pelo Congresso em fins de 1996, foi relatada pelo senador Darcy Ribeiro e não tomou por base o projeto que fora objeto de negociações ao longo dos oito anos de tramitação da matéria e, portanto, desprezou parcela dos acordos e consensos estabelecidos anteriormente. (p.121, 2000).

Na mesma época em 1996 teve a aprovação do FUNDEF, não incluindo a EJA, ou seja, reiterando o local marginal ao qual a modalidade vinha sendo posta. Mesmo com sua inclusão no FUNDEB em 2005, o fator de ponderação da modalidade com foco na avaliação do processo é o menor de todos os segmentos desde o princípio. Quando houve a possibilidade de reajuste correntes governamentais contrárias a classe trabalhadora assumem a presidência (DI PIERRO, 2005).

Diante de um cenário desfavorável aos investimentos financeiros na modalidade e com uma alta procura. Através de alguns estudos de casos foi possível compreender que municípios brasileiros recorriam à inserção da matrícula dos alunos da EJA em outros espaços ligados ao ensino regular, como: classes de aceleração ou seriações ligadas a defasagem escolar, gerando rentabilidade através do FUNDEF (DI PIERRO, 2005) . No município de Duque de Caxias, situado no estado do Rio de Janeiro, na primeira Diretriz Curricular da EJA, publicada em 1998, a modalidade era denominada como Ensino Noturno Regular e Aceleração de Estudos. Tal atitude reflete até a atualidade, gerando dificuldades na estruturação da Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade histórica e educacional, por vezes sendo concebida em um caráter reducionista e atendendo a outros interesses, somente em 2009 a modalidade foi reconhecida pelo MEC em Duque de Caxias.

Duque de Caxias é um município emancipado desde 1943, situando-se na Baixada Fluminense, tendo 462 km², dividido em quatro distritos, possuindo o terceiro e o quarto distritos características rurais. Com uma localização privilegiada e estratégica, consolidou-se como a segunda maior economia do Estado (IBGE, 2018). Entretanto, não é suficiente para a garantia de uma educação sem precariedades. Tendo como base dados do ano de 2018, o sistema educacional conta com 178 escolas, destas 45 possuem EJA e dez possuem o oferecimento da modalidade em período diurno.

De acordo com a Resolução nº 03/2010 o desdobramento da modalidade em outros turnos, tendo em vista o atendimento do seu público, é algo permitido. Entretanto a realidade observada no município é que essas turmas em sua maioria são compostas por jovens, principalmente entre a faixa-etária de 15 a 17 anos. É interessante ressaltar que somente após a Emenda Constitucional nº 59 em 2009 a idade obrigatória prevista pela LDB 9394/96 foi estendida ao público entre 04 e 05 anos e 15 e 17 anos, contudo para



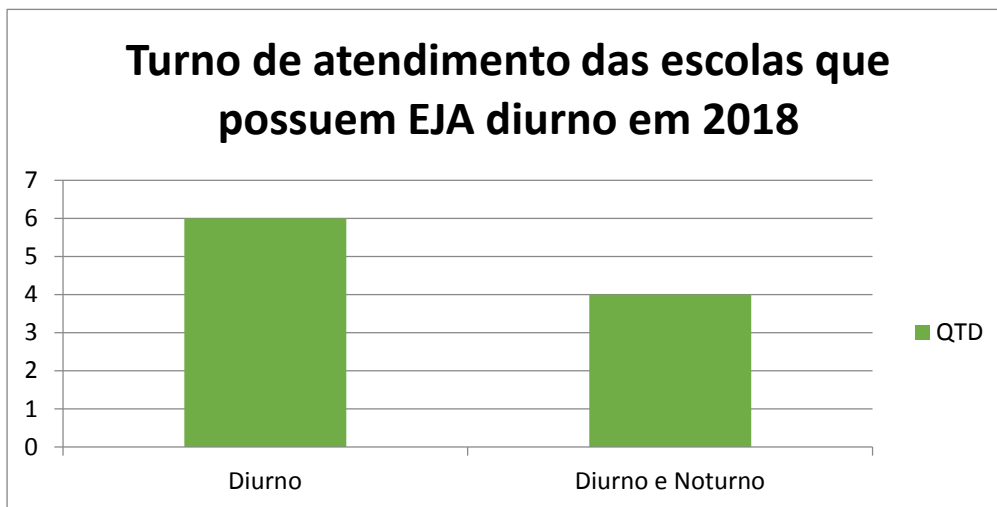
este último à perspectiva da universalização deu-se tendo como objetivo o Ensino Médio. Prova disso, é a promulgação da Resolução nº 03/2010 que prevê as Diretrizes Operacionais, após intensos debates promovidos desde 2001 com a implementação das Diretrizes Curriculares da EJA a mesma reafirmou categoricamente a presença do jovem entre 15 e 17 anos na modalidade, mesmo após a promulgação da E.C. nº59 que modificou a LDB. Entendendo-se que o ensino fundamental regular seria para quem estivesse na faixa-etária ideal e a EJA para os que por qualquer motivo tivessem algum impedimento durante o seu percurso escolar.

Vale destacar que o surgimento da modalidade no período diurno do Município de Duque de Caxias, se deu logo após a Resolução nº 03/2010, segundo diversos atores educacionais do município a primeira escola a se dispor a realizar a modalidade em outro turno, apresentou seu projeto no ano de 2010, sendo aprovado oficialmente em 2014. Entretanto, conforme entrevista realizada, uma docente relatou que entre os anos de 2009 e 2010 houve uma iniciativa de EJA diurno em uma escola a qual a mesma lecionava, descrevendo que a turma ocorreu como um ‘ aglomerado de alunos que não tinham perspectivas estudantis’, sendo uma ação pontual, visando o atendimento daquela demanda.

Diante de tal fenômeno foram buscados dados através de documentos escolares, do CENSO e do QEDU que visem caracterizar essas unidades, dando um panorama da EJA diurna em Duque de Caxias, tendo como base o ano de 2018. Em relação ao total de escolas que atendem a EJA diurna, conforme o gráfico abaixo se pode constatar que 60% realizam apenas o atendimento diurno e 40% realizam o atendimento diurno e noturno. Acerca da localização geográfica das escolas que atendem somente a EJA diurna- 20% estão no primeiro distrito, 20% no segundo e 60% no terceiro. Em comum, na justificativa dos membros das escolas referentes ao terceiro distrito está a violência local, como empecilho ao atendimento noturno. O quarto distrito não possui escolas com EJA diurna.



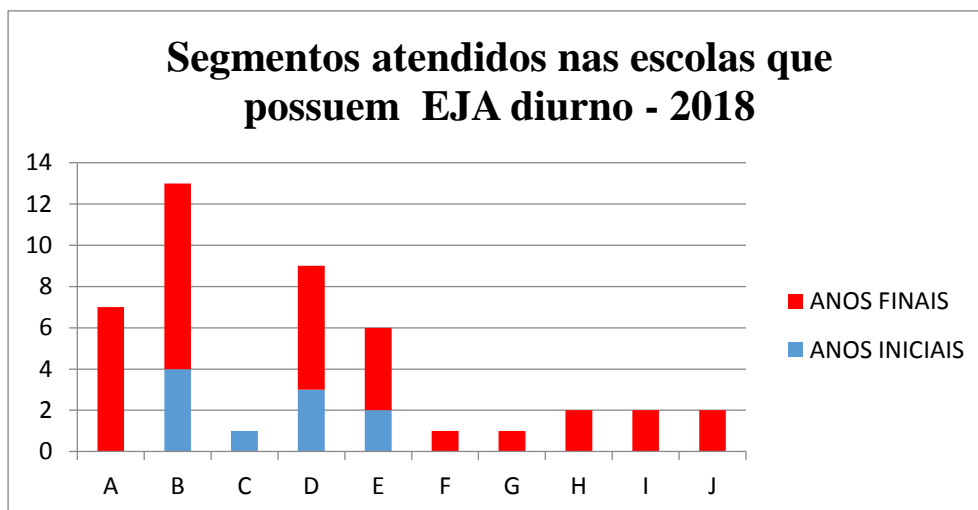
Gráfico 01:



Fonte: QEDU, 2019

Assim sendo, em relação ao segmento escolar atendido, 30 % das escolas atendem Anos Iniciais e Finais, 10% atendem apenas Anos Iniciais e 60% atendem apenas Anos Finais, como se observa abaixo. Tal público, segundo o relato da Coordenadora da EJA Municipal é composto na maioria por alunos provenientes da própria escola.

Gráfico 02:



Fonte: QEDU, 2019

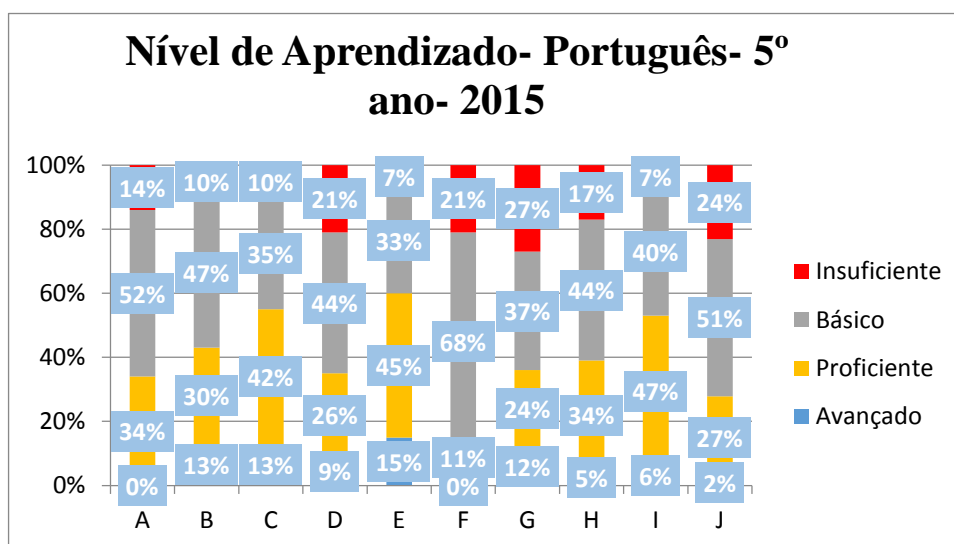
Diante disso, foi destinado a EJA o papel de reintegrar o indivíduo que está à margem escolar e social, tendo por desafio com a expansão da modalidade o suporte não apenas aos alunos que não frequentaram o ambiente escolar, mas principalmente aqueles que estão dentro do sistema e não obtiveram aprendizagens suficientes para a



participação social de forma integral (HADDAD e DI PIERRO, 2000). Logo, refletir como se dá o aprendizado no ensino regular é algo que se faz necessário para entender a demanda que está chegando até a EJA.

O índice municipal de Duque de Caxias em relação ao Aprendizado de Língua Portuguesa no 5º ano, tendo como base o ano de 2015, apresentou segundo o QEDU, a seguinte divisão- 14% dos alunos desenvolveram um nível insuficiente, ou seja, quase nenhum aprendizado, 41% um nível básico, ou seja, tendo pouco aprendizado, 35% um nível proficiente, ou seja, com uma aprendizagem esperada, 10% em nível avançado de aprendizagem, ou seja, uma aprendizagem além do esperado. Comparando a realidade municipal com a realidade da aprendizagem das escolas que ofertam a EJA diurna, observa-se que: as escolas D, F, G e H demonstram níveis maiores na insuficiência da aprendizagem, em relação ao nível básico apenas as escolas C, E, G tem índices menores que os municipais, no nível proficiente apenas as escolas C e I tem índices melhores que os municipais e no nível avançado as escolas, B,C, E e G possuem índices melhores que os municipais. Percebe-se que o nível de aprendizagem de português das crianças do quinto ano, no ano de 2015 está concentrado em sua maioria nas categorias insuficiente e básico.

Gráfico 03:



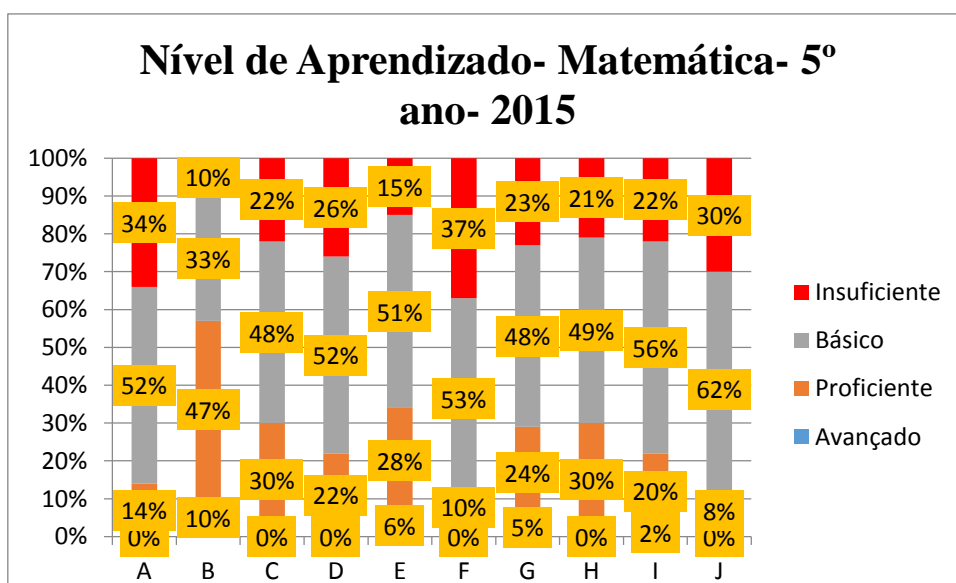
Fonte: QEDU, 2019

A respeito da aprendizagem de Matemática, tendo como referência o ano de 2015 e o quinto ano de escolaridade, os índice municipais, segundo o QEDU, destacam



que: 22% da aprendizagem encontra-se em nível insuficiente, 50% em nível básico, 24% em nível proficiente e 4% em nível avançado. Verificando comparativamente com as escolas analisadas, apenas as escolas B, E e H estão com os índices de aprendizagem insuficientes abaixo do municipal, em relação ao nível básico as escolas B, C, G e H estão abaixo da taxa municipal, acerca do nível proficiente as escolas B, C, E e H estão com índices melhores que os municipais, sobre o nível avançado apenas as escolas B, E e H demonstram taxas melhores que as municipais, tais índices podem ser observados no gráfico abaixo. De acordo com o mesmo, a maioria das escolas concentra seu índice de aprendizagem entre os níveis insuficiente e básico, sendo a escola B uma exceção. Faz-se importante a análise da aprendizagem da última etapa dos anos iniciais, tendo em vista que o maior público da EJA diurna se condensa nos anos finais.

Gráfico 04:

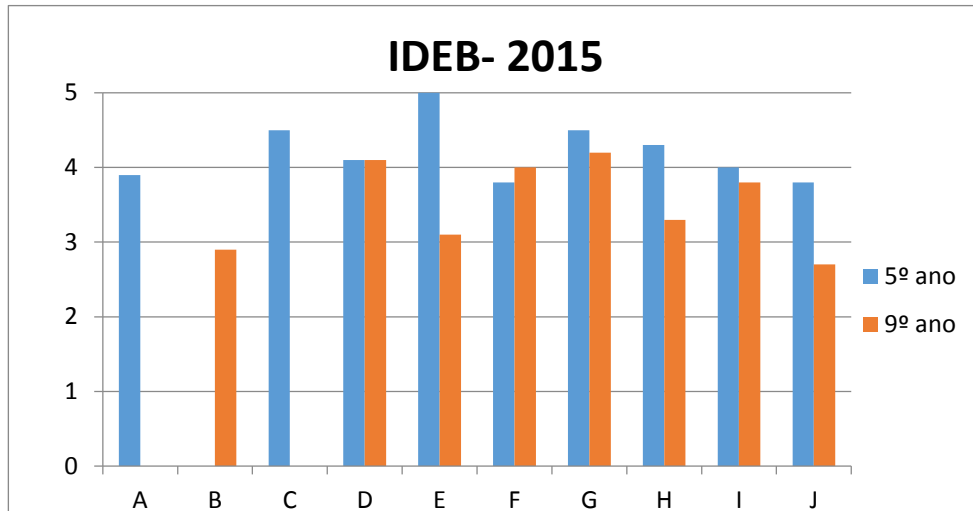


Fonte: QEDU, 2019

Em relação ao IDEB, o ano de referência para a análise foi o de 2015. Sobre 2017 houve a impossibilidade devido à ausência de dados de algumas unidades. Acerca da realidade municipal observa-se no quinto ano o índice de 4,7, sendo superado apenas pela escola E, e no nono ano o índice de 3,7, sendo superado pelas escolas D, F e G, de acordo com o gráfico abaixo. Logo, compreende-se que as Escolas de EJA diurno possuem em sua maioria o IDEB abaixo da média municipal, nem todas as escolas no município de Duque de Caxias contam com os dois segmentos escolares, entretanto a escola A não realizou as avaliações do IDEB ficando registrada a ausência desse dado.



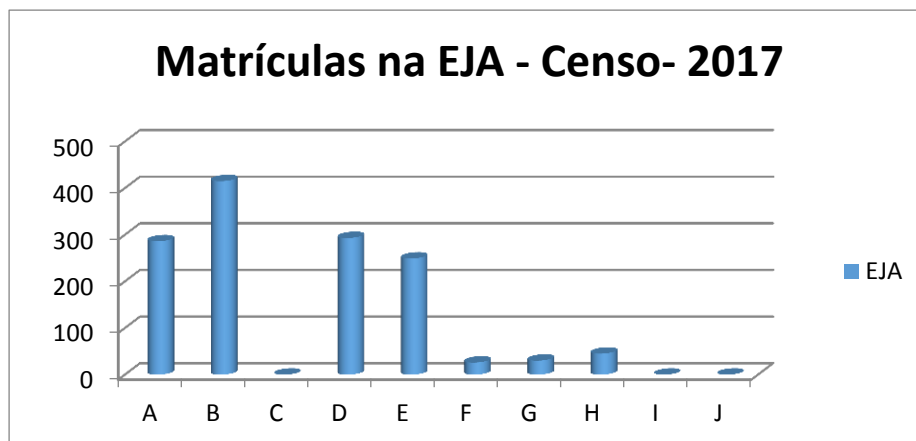
Gráfico 05:



Fonte: QEDU, 2019

Também foi observada a declaração de matrículas realizadas através do Censo, no ano de 2017, com isso verifica-se que três escolas possuidoras da modalidade apenas no diurno não declararam seus alunos enquanto pertencentes à Educação de Jovens e Adultos. Na observação prática percebe-se que muitos sujeitos da EJA diurna não têm a noção de que estão a frequentar uma modalidade com características próprias e históricas. Em algumas escolas as turmas são nomeadas por EJA, entretanto, a divisão dos tempos de aula é igual a do regular e os currículos são fruto de adaptações, sem qualquer viés significativo que direcione a aprendizagem ao que de fato a modalidade se propõe.

Gráfico 06:



Fonte: QEDU, 2019



Diante do exposto, percebe-se que diversos fatores são caracterizadores da implementação das turmas de EJA diurno Caxienses, a começar pelas aprendizagens pouco satisfatórias alcançadas nos anos iniciais do ensino fundamental. Além de motivações sociais e externas que interferem diretamente na aquisição escolar, unidos a desigualdade e a baixa qualidade do ensino ofertado. Sendo produtores de uma escolaridade inapropriada (HADDAD, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante as análises realizadas, tanto as observações dos espaços escolares, quanto o diagnóstico dos dados e as entrevistas nos remetem a algumas ponderações. Primeiramente, no município de Duque de Caxias existem ações que visam contextualizar a Educação de Jovens e Adultos, porém na prática a modalidade é usada com a finalidade de melhorar a distorção idade-série principalmente do indivíduo entre 15-17 anos. Gerando uma acentuação no fenômeno da juvenilização, ou como se percebe nas turmas de EJA diurno das dez escolas, há a destinação quase que integral deste espaço aos jovens- adolescentes.

Os índices de aprendizagem tanto de Português quanto de Matemática dos anos iniciais identificam-se em grande parte de forma básica e insuficiente, depreende-se que hoje não existem políticas públicas municipais unificadas que efetivem auxiliar os alunos do ensino fundamental com alguma dificuldade de aprendizagem. Algumas escolas promovem ações isoladas, porém não reconhecidas pela Secretaria de Educação, entende-se que há a urgência de se pensar medidas efetivas de auxílio aos alunos quando ainda estão no ensino regular para que se caso a EJA venha a ser uma escolha futura que seja por opção e não por falta de oportunidade. As projeções do IDEB demonstraram o quanto às escolas de EJA diurno apresentam índices inferiores aos municipais desde os anos iniciais, muitas vezes associados a evasão e a repetência. Acerca do atendimento, numericamente os anos finais ganham destaque. A não declaração das matrículas na EJA de três escolas que possuem a EJA diurno reverbera a invisibilidade a qual esse público é submetido.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, depreende-se que as turmas de EJA diurno no município de Duque de Caxias visam atender a um público já presente em seus bancos escolares, que possuem uma trajetória marcada por inúmeras repetências e evasões, servindo aos interesses do ensino regular. Sendo em alguns momentos a EJA como única alternativa escolar possível, principalmente aos alunos que por motivos diversos são fruto de uma expulsão compulsória do ensino regular, ganhando destaque as questões comportamentais (MACHADO, 2016).

Com o reconhecimento da modalidade junto ao MEC na municipalidade tardiamente e sua ligação inicial a perspectiva de ensino regular e aceleração de estudos, traçou-se um caminho árduo e difícil a EJA. Tendo que se estabelecer e ressignificar constantemente, demonstrando e afirmando toda a sua relevância histórica.

Esta investigação reconhece a necessidade de medidas paralelas que visem atender as diversas insuficiências escolares as quais o ensino regular não consegue acolher, entretanto enquanto modalidade, não cabe a EJA tal função. O objeto trazido nessa pesquisa constitui-se como algo novo, a EJA diurno é diferente até o presente momento de qualquer outro desdobramento que a EJA tenha tido nos últimos anos. Contudo, a visão reducionista da modalidade necessita ser superada e implementadas políticas públicas que visem à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, além do atendimento aos anseios e perspectivas do público entre 15-17 anos. Projetando um ensino regular significativo, uma modalidade reconhecida e um jovem com perspectivas e anseios atendidos conscientemente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas, 6ª edição, São Paulo: **Atlas**, 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB nº3 de 2010. Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. DOU de 09 de junho de 2010.

DI PIERRO, M. C., Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, vol.26, n.92, p.1115-1139, Especial- Out., 2005.



HADDAD, S.; DI PIERRO M. C., Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileiro de Educação**, n° 14, mai/jun/jul/ago, 2000.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/historico/>> Acesso em 20 de abril de 2018.

IDEB. **Índices** Disponível em <http://qedu.org.br/?gclid=CjwKCAjwo87YBRBgEiwAI1LkqZ3R38zQOv0a_cHP49J7kbBcQkVzCuUIGZQSp15SAPThO3aa86Q8WxoCrkQQAvD_BwE/> Acesso em 15 de maio de 2018.

MACHADO, M. M., A educação de jovens e adultos- *Após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996* – pg. 429- 451, **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>, Acesso em 15 de maio de 2018.

PEREGRINO, M., Trajetórias desiguais: Um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres, Rio de Janeiro, FAPERJ- **GARAMOND-Currículo sem fronteiras Universitária**, 2010.

VERGARA, S.C., Métodos de pesquisa em administração, 4° edição, São Paulo: **Atlas**, 2010.